



Por Municípios Educadores Sustentáveis: Diretrizes para Implementação

By Sustainable Educating Municipalities: Guidelines for Implementation

Eliton Janio Araújo Ferreira¹

<https://orcid.org/0000-0003-4247-3925>

GT 01: Emergências climáticas e municípios sustentáveis

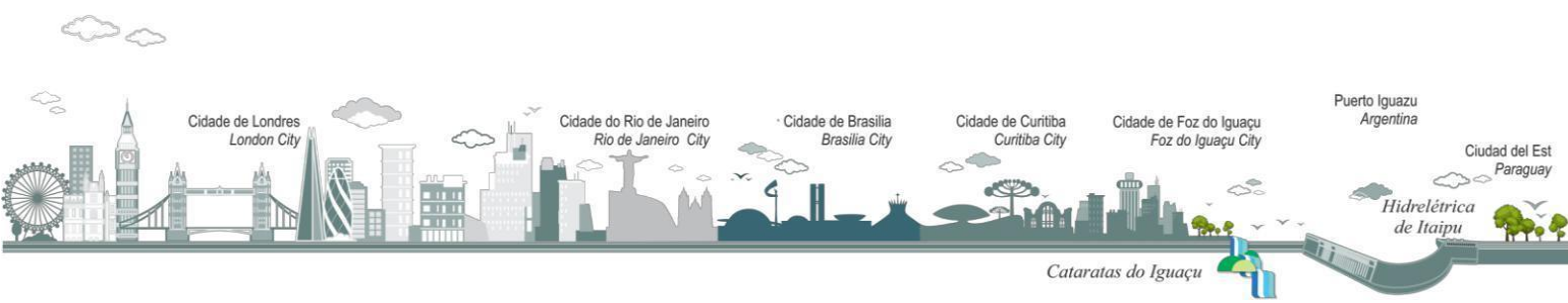
Resumo: As discussões acerca da construção de municípios Educadores Sustentáveis tiveram início com a realização do 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona em 1990. No Brasil essas discussões tiveram início em 2004, no estado do Paraná, junto ao Programa de Educação Ambiental da Hidrelétrica Itaipu Binacional sob coordenação do Ministério do Meio Ambiente. Neste sentido, o presente estudo objetiva revelar as diretrizes para a construção de um município Educador Sustentável. Metodologicamente o trabalho baseou-se numa abordagem qualitativa envolvendo pesquisa bibliográfica e documental em materiais publicadas em meio impresso e eletrônico que se relacionam com a temática escolhida. Os resultados, revelam as diretrizes balizadoras a serem adotadas pelos municípios, sendo: o investimento no processo educativo local, valorização da cultura local e respeito à diversidade, o fomento a espaços democráticos e fortalecimento de coletivos no município, bem como a valorização do meio ambiente em suas diversas dimensões. Destaca-se a importância da implantação de municípios educadores sustentáveis, se não à totalidade de suas dimensões, mas pelo menos o respeito ao meio natural, aos costumes locais, ao fortalecimento do ambiente democrático e a adoção de outros princípios ligados ao desenvolvimento sustentável.

Palavras-Chave: Cidades sustentáveis. Educação ambiental. Sustentabilidade.

Abstract: Discussions about the construction of Sustainable Educating municipalities began with the 1st International Congress of Educating Cities, held in Barcelona in 1990. In Brazil, these discussions began in 2004, in the state of Paraná, together with the Hydroelectric Environmental Education Program Itaipu Binacional under coordination of the Ministry of the Environment. In this sense, the present study aims to reveal the guidelines for the construction of a Sustainable Educating municipality. Methodologically, the work was based on a qualitative approach involving bibliographic and documentary research on materials published in printed and electronic media that relate to the chosen theme. The results reveal the guiding guidelines to be adopted by municipalities, namely: investment in the local educational process, appreciation of local culture and respect for diversity, promotion of democratic spaces and strengthening of collectives in the municipality, as well as appreciation of the environment in its various dimensions. The importance of implementing sustainable educational municipalities stands out, if not in their entire dimensions, but at least respect for the natural environment, local customs, strengthening the democratic environment and the adoption of other principles linked to sustainable development.

Key Words: Sustainable cities. Environmental education. Sustainability.

¹ Mestre em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia (PPGEDAM/UFGA). Coordenador na Secretaria Municipal de Meio Ambiente de Igarapé-Açu – PA.





INTRODUÇÃO

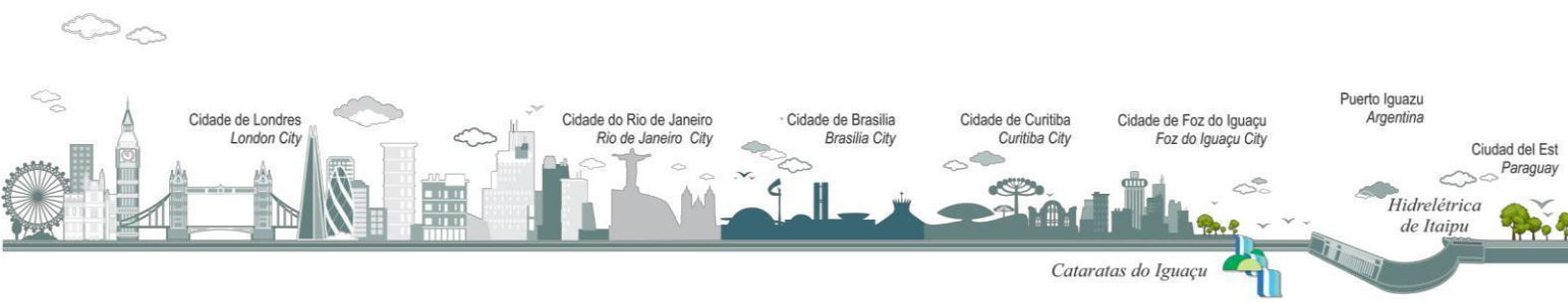
A humanidade vem passando por uma crise socioambiental, resultado da ação antrópica no meio ambiente, que tem explorado em larga escala os recursos naturais e gerando poluição que tem comprometido o solo, ar e os recursos hídricos dentre outros impactos. A crise decorre da exploração desordenada pelo ser humano regido pelos meios de produção capitalista, que agem de forma predatória em relação ao meio ambiente e até com os próprios seres humanos (Bigliardi, 2009).

A partir da segunda metade do século XX, nações de todo o planeta despertaram para a busca de ações que repercutam no combate à crise instalada, realizando eventos para discutir alternativas e celebrar acordos que possam servir de ferramentas neste processo. Dentre estes destacam-se as conferências realizadas pela Organização das Nações Unidas (ONU) dentre elas: Conferência de Estocolmo (1972), Tbilisi (1977), Rio 92 (1992), Rio +20 (2012) dentre outras. Nestes eventos, o processo educativo vem sendo evocado como importante instrumento para sensibilizar os seres humanos para a tomada de atitudes ante a crise instalada (Ferreira, 2018).

Com intuito de encontrar medidas que possam tornar as cidades sustentáveis e educadoras, realizou-se em Barcelona no ano de 1990, a primeira Conferência Internacional de Cidades Educadoras, lançando uma carta que exprime os desejos e caminhos para a implantação desta iniciativa. Os eventos foram realizados também em Bolonha (1994), Génova (2004) e mais recentemente em Cascais (2018).

No Brasil, iniciativas desta natureza tiveram início em 2004, sendo encabeçadas pelo Ministério do Meio Ambiente com objetivo de implantar municípios Educadores Sustentáveis, tendo início no Estado do Paraná, nos municípios que compreendem a bacia hidrográfica do rio Paraná, em parceria com a usina hidrelétrica de Itaipu binacional.

Neste sentido, este trabalho se propõe a revelar diretrizes para a implantação de municípios Educadores Sustentáveis. Desta forma, realizou-se pesquisa bibliográfica e documental em diversas referências que se relacionem ao tema, com objetivo de coletar dados e proceder a análise, buscando alcançar o objetivo proposto.





O trabalho está organizado da seguinte forma: esta introdução que apresenta o objetivo do estudo e outros aspectos metodológicos, a seção materiais e métodos que apresenta a metodologia utilizada no trabalho, bem como os materiais coletados para análise, os resultados e discussões que divide-se nas seguintes seções: contexto histórico das cidades educadoras e municípios educadores sustentáveis e as diretrizes para a construção de Municípios Educadores Sustentáveis e por fim tecemos algumas considerações sobre o estudo realizado.

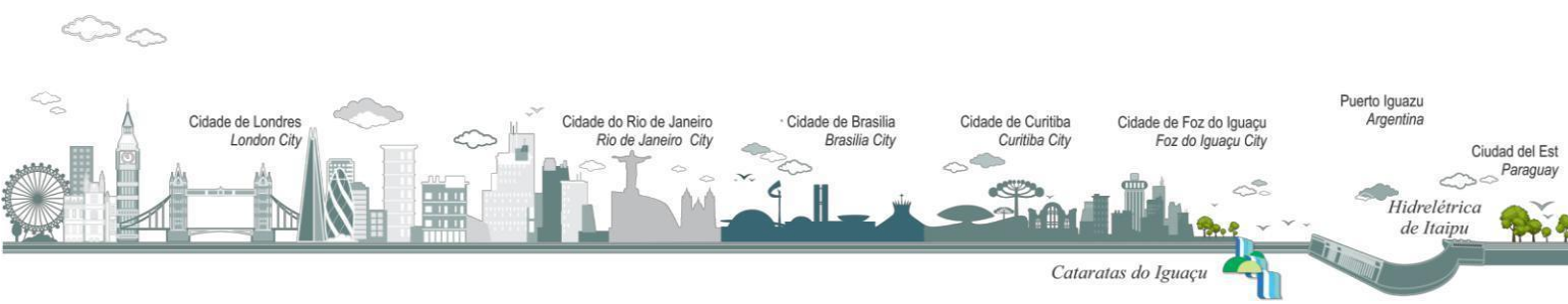
FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

De Cidade Educadora a Municípios Educadores Sustentáveis

As discussões sobre esta temática tiveram início a partir da realização do 1º Congresso Internacional de Cidades Educadoras, realizado em Barcelona, em novembro de 1990, que gerou um documento denominado Carta das Cidades Educadoras, e que expressou os princípios essenciais para o fomento de cidades que desejassem aderir a iniciativa (Barcila, 2021). A carta foi revista ainda nos congressos realizados em Bolonha (1994) e Génova (2004), objetivando adaptá-la aos desafios e necessidades sociais (CENPEC, 2006).

As cidades que aderem a iniciativa devem desenvolver esta função paralelamente às suas atribuições definidas pelo regime político de cada país em que está inserida, ou seja, o investimento em Educação, Saúde, infraestrutura e outros devem ocorrer de forma concomitante ao projeto assumido para a transformação em uma cidade educadora. Neste sentido, Morigi (2010) destaca que

Uma Cidade Educadora incentiva à formação para a cooperação, pois é através dela que visualizamos um elemento estratégico que visa à construção de novas relações sociais. Todavia a cooperação não se ensina de uma hora para outra; é principalmente *apreendida* pelo exemplo e pela organização da cidade e suas comunidades (p. 20).





No ano de 1994, o movimento que motivou a criação das cidades educadoras aprovou a criação da Associação Internacional das Cidades Educadoras, durante a realização do III Congresso das Cidades Educadoras que ocorreu em Bolonha, na Itália. A entidade é uma “Associação sem fins lucrativos constituída como uma estrutura permanente de colaboração entre governos locais que se comprometem a reger-se pelos princípios inscritos na Carta das Cidades Educadoras” (Associação, 2023).

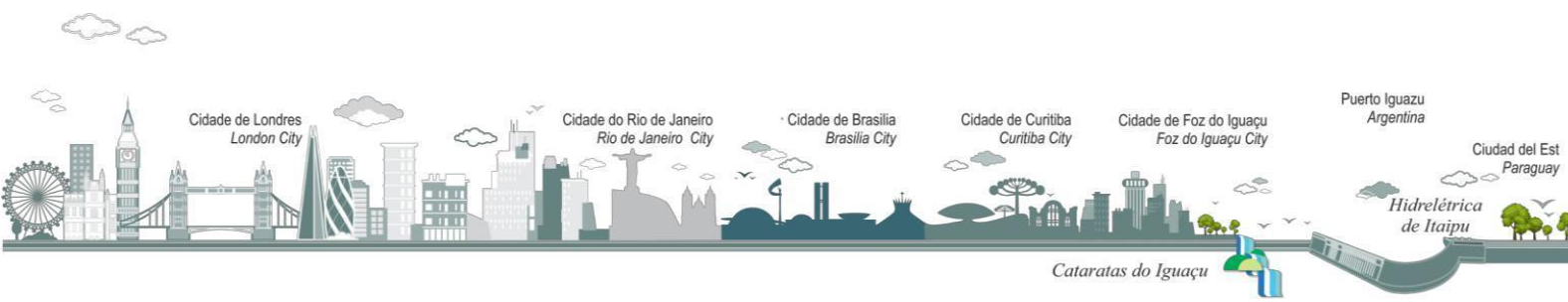
Dentre as cidades membros que aderiram à iniciativa, tem-se 76 na América do Sul, sendo que 21 dessas estão no Brasil, a saber: Araraquara, Camargo, Carazinho, Curitiba, Gramado, Guarulhos, Horizonte, Marau, Mauá, Nova Petrópolis, Passo Fundo, Santiago, Santo André, Santos, São Bernardo do Campo, São Carlos, São Gabriel, São Paulo, Soledade, Sorocaba e Vitória.

Se tratando de Brasil especificamente, a iniciativa muda de nomenclatura, sendo conhecida como Municípios Educadores Sustentáveis (MES). Essa ação surgiu como uma política institucional do Ministério do Meio Ambiente, e “foi apresentada, em maio de 2004, no estado do Paraná, junto ao Programa de Educação Ambiental da Hidrelétrica Itaipu Binacional, instalada na Bacia do Rio Paraná” (BRASIL, 2007, p. 09).

Através da assinatura de um acordo de cooperação o Ministério do Meio Ambiente e a Usina Hidroelétrica Itaipu Binacional assinaram o compromisso de expandir essa iniciativa em municípios que abrangem a bacia do Rio Paraná, com o objetivo de conservar os recursos hídricos na região da bacia hidrográfica.

De acordo com documento elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente com objetivo de apresentar o Programa Município Educador Sustentável (MES), ressalta que o mesmo objetiva: “estimular iniciativas educadoras nos municípios, de modo que os cidadãos se envolvam e participem na busca por soluções dos problemas socioambientais locais” (Brasil, 2007, p. 09).

Em documento técnico elaborado pelo Ministério do Meio Ambiente, com o intuito de apresentar o passo a passo para a adesão e execução do Programa define Município Educador Sustentável, como: “municípios voltados à construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, viabilizando medidas promotoras da formação de seus





cidadãos para atuarem de modo comprometido com a melhoria da qualidade de vida para todos” (Brasil, 2007, p. 04).

Em 2005, o Ministério do Meio Ambiente lançou uma Cartilha sobre o Programa Municípios Educadores Sustentáveis, objetivando orientar os municípios para a adesão e apresentar as vantagens em fazer parte da iniciativa. Este documento também apresenta uma definição do que seria um município educador sustentável, afirmando que:

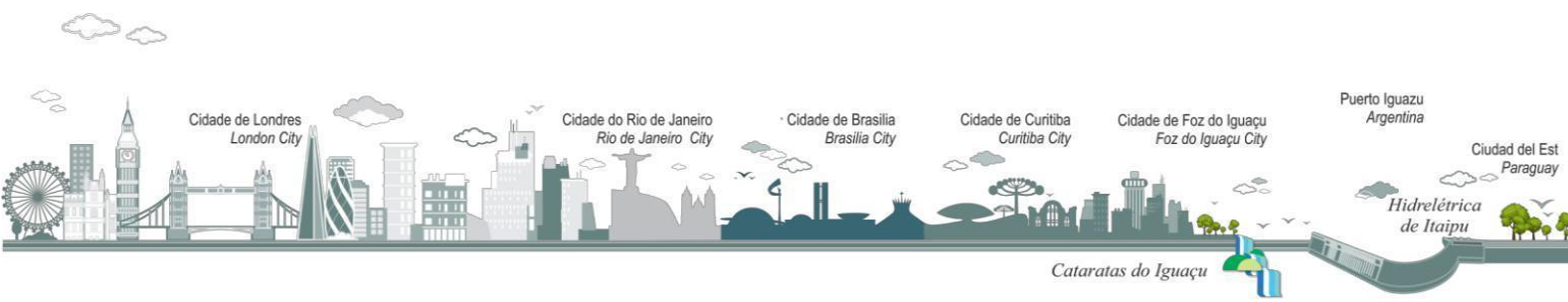
São municípios voltados à construção da sustentabilidade socioambiental por meio da educação, materializando medidas que viabilizem a formação de seus munícipes para atuarem cotidianamente na construção de meios, espaços e processos que avancem na direção da sustentabilidade (Brasil, 2005, p. 06).

Após breve apresentação sobre as cidades educadoras, iniciada a partir de uma iniciativa internacional e municípios Educadores sustentáveis encabeçados nacionalmente pelo Ministério do Meio Ambiente, procederemos a análise dos livros e documentos coletados a partir da categorização escolhida para a apresentação das diretrizes para a construção de um Município Educador Sustentável.

METODOLOGIA

No que tange aos aspectos metodológicos deste estudo, o mesmo baseia-se numa abordagem qualitativa, isto é, para Silveira e Córdova (2009, p. 32) os pesquisadores que optam por utilizar este método “buscam explicar o porquê das coisas, exprimindo o que convém ser feito, mas não quantificam os valores e as trocas simbólicas nem se submetem à prova de fatos, pois os dados analisados são não-métricos”.

Com o intuito de responder aos objetivos propostos para a pesquisa, optou-se por realizar uma pesquisa bibliográfica, isto é, “desenvolvida a partir de material já elaborado” (GIL, 2008), bem como por meio da pesquisa documental, a qual “assemelha-se muito a pesquisa bibliográfica. A única diferença entre ambas está na natureza das fontes” (GIL, 2008).





Desta forma, os objetos de investigação foram as publicações (relatórios, livros digitais e outros), que abordam o termo município Educador ou cidade educadora, sendo classificadas as publicações que mais se aproximavam da temática proposta nesta pesquisa.

O levantamento foi realizado por meio de pesquisa online na internet, a partir da palavra-chave “município educador”. Os trabalhos que apresentaram ocorrência das palavras pesquisadas sejam no título ou no corpo do texto foram selecionados e catalogados também em meio digital.

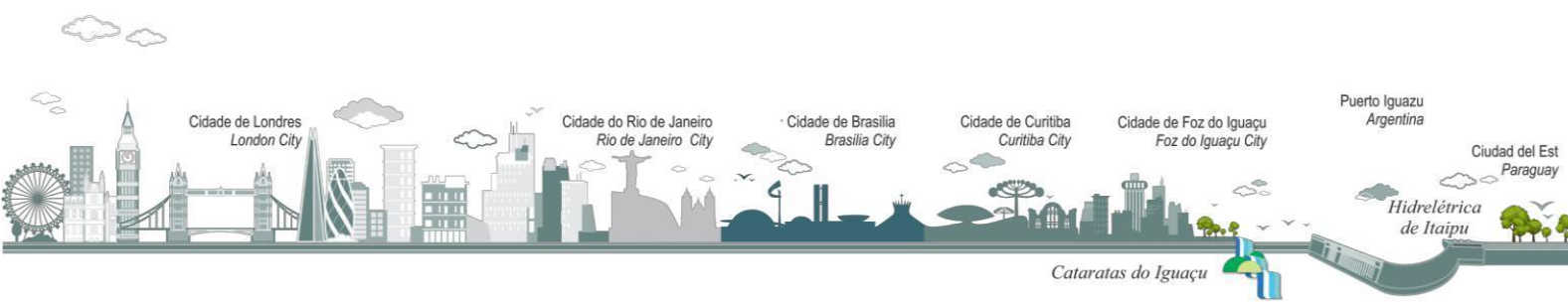
Na análise dos materiais coletados, através de leitura minuciosa, buscou-se observar semelhanças e diferenças na abordagem de “município educador” ou termo semelhante tratado pelos autores. Para análise dos dados, baseou-se na Análise de Conteúdo, proposta por Bardin (2016). Para a autora, esta forma de análise tem o intuito de categorizar os temas que surgem com maior frequência, bem como aqueles que são silenciados sobre o assunto que trata a pesquisa.

A partir desse procedimento, elaboraram-se as seguintes categorias analíticas, a saber: investimento no processo educativo local, valorização da cultura local e respeito à diversidade, fomento a espaços democráticos e fortalecimento de coletivos e valorização do Meio Ambiente local e suas dimensões.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Diretrizes para a construção de um Município Educador Sustentável

A partir das pesquisas realizadas, conforme já descrito neste documento, elegeu-se 04 (quatro) categorias, que denominamos como diretrizes para os municípios que desejem aderir ao projeto de tornar-se um território que seja educador e a partir de suas ações contribuam para a sustentabilidade. Desta forma, dado o título que essas cidades/municípios assumem, torna-se indispensável analisar o aspecto educacional, elegendo-o como a primeira diretriz.





Investimento no processo educativo local

A partir da segunda metade do século XX, mais precisamente a partir dos anos 70, a humanidade começa a atentar para a crise ambiental que tem se instalado, originada a partir dos hábitos e atitudes antrópicas que degradam o meio ambiente. Tal situação foi objeto de análise da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente Humano, realizada em Estocolmo na Suécia, no ano de 1972. No documento final do evento, a Educação foi evocada como importante ferramenta para o processo de sensibilização do ser humano para a conservação do meio ambiente, tendo destaque no princípio 19.

A Carta das Cidades Educadoras, também evoca o processo educacional como uma bandeira importante na construção de cidades educadoras, devendo o processo educacional contribuir não só com a conservação do meio ambiente, mas com outras lacunas históricas que assolam a sociedade, dentre elas: desigualdades sociais, discriminação, dentre outras. Desta forma, o princípio 2, ressalta que

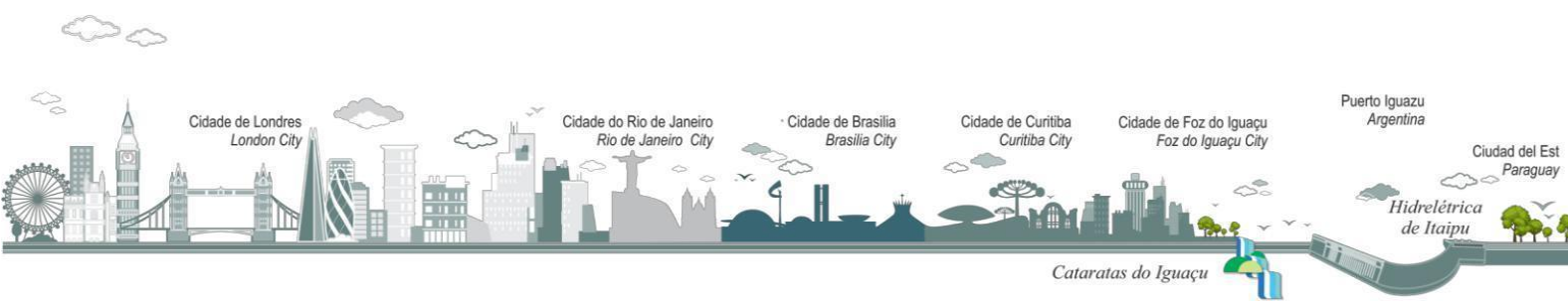
A cidade deverá promover a educação na diversidade para a compreensão, a cooperação solidária internacional e a paz no mundo. Uma educação que deverá combater toda a forma de discriminação. Deverá favorecer a liberdade de expressão, a diversidade cultural e o diálogo em condições de igualdade. Deverá acolher tanto as iniciativas inovadoras como as da cultura popular, independentemente da sua origem. Deverá contribuir para a correção das desigualdades que surjam da promoção cultural, devido a critérios exclusivamente mercantis. (CENPEC, 2006, p. 158).

O processo educacional deve romper com barreiras que podem comprometer a iniciativa de garantir uma cidade/município inclusivo para todos os que o habitam. É de suma importância o investimento num processo de educação que inclua a sociedade, que ouça os pontos de vista para se chegar a um ponto comum, este já será um grande passo na transformação da realidade local.

Morigi (2010) ressalta que:

Para tentar diminuir os efeitos dos excessos individualistas de nossos dias, é necessário descobrir o valor da solidariedade, da justiça e do amor entre as pessoas. Entender que o que tem mais sentido na vida não é o ter, o poder, o consumo, mas sim as relações que acontecem entre as pessoas, combatendo frontalmente a indiferença, pois o indiferente é incapaz de

IJERRS - ISSN 2675 3456 - V.5, N.2, 2023 p. 7





perceber que qualquer situação pede a ele uma ação, uma ajuda, uma escuta ou um compromisso ou mesmo a companhia (p. 16).

Assim também concorda Padilha (2009, p. 08), ao defender a erradicação no município de “todo e qualquer tipo de preconceito, de injustiça social ou de má gestão da política pública” sendo enfrentados com “determinação, com decisões democráticas e éticas”.

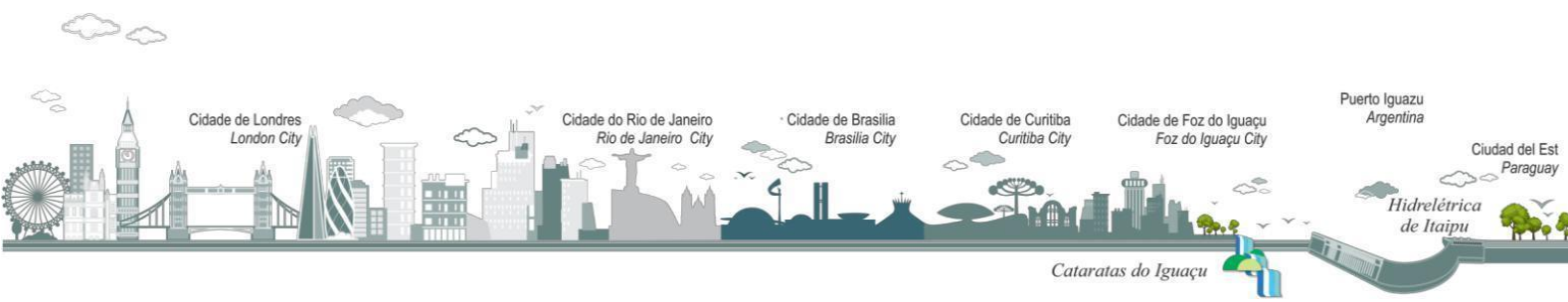
Salienta-se ainda que o princípio 5 da Carta das Cidades Educadoras incumbe aos municípios membros, o exercício eficaz de sua competência em matéria de educação, isto é, “Qualquer que seja o alcance destas competências, elas deverão prever uma política educativa ampla, com carácter transversal e inovador, compreendendo todas as modalidades de educação formal, não formal e informal” (CENPEC, 2006).

A este respeito, traz-se à tona como essa diretriz é tratada nos documentos elaborados pelo Ministério do Meio Ambiente no que diz respeito ao fomento de Municípios Educadores Sustentáveis. Brasil (2007) aponta como um dos objetivos fundamentais na consolidação de um município educador, a promoção de “ações que propiciem constante e continuamente a educação dos indivíduos para atuarem e se auto-educarem, e contribuïrem para a educação de outros, na construção de sociedades sustentáveis” (Brasil, 2007).

No processo educacional de um município educador sustentável, não pode existir um saber dominador que de certa forma irá ferir ao que se propõe a iniciativa educadora num município. São os saberes diferentes que reunidos por meio da coletividade dos cidadãos que formarão a concessão entre todos e sobretudo focado na sustentabilidade, educando e se reeducando. Para Padilha (2009, p. 08), “o que se busca é o melhor atendimento possível das necessidades das populações locais abrangidas pela municipalidade, sempre considerando a indispensável e mesmo inevitável interconexão com tudo o que acontece no planeta”.

Valorização da cultura local e respeito à diversidade

Outro aspecto fundamental na construção de um município educador sustentável que se denominou como diretriz fundamental na adoção desta iniciativa diz respeito à valorização da cultura local e o respeito à diversidade. Tratando-se especificamente do Brasil,





compreende-se que essa cultura local por si só já é diversa, quando consideramos as raízes que constituíram o território que temos hoje como país, estado e principalmente município. De indígenas que já habitavam o território a negros e imigrantes europeus, asiáticos e outros, nossa história foi construída por meio da mistura de outras culturas, mas que originou a cultura local, particular de cada território, compreendido nesta pesquisa como município.

A Carta das Cidades Educadoras prioriza como um dos seus princípios a valorização da Cultura local. O princípio 7, recomenda que “A cidade deve saber encontrar, preservar e apresentar sua identidade pessoal e complexa. Está a tornar-se única e será a base de um diálogo fecundo com ela mesma e com outras cidades” (CENPEC, 2006).

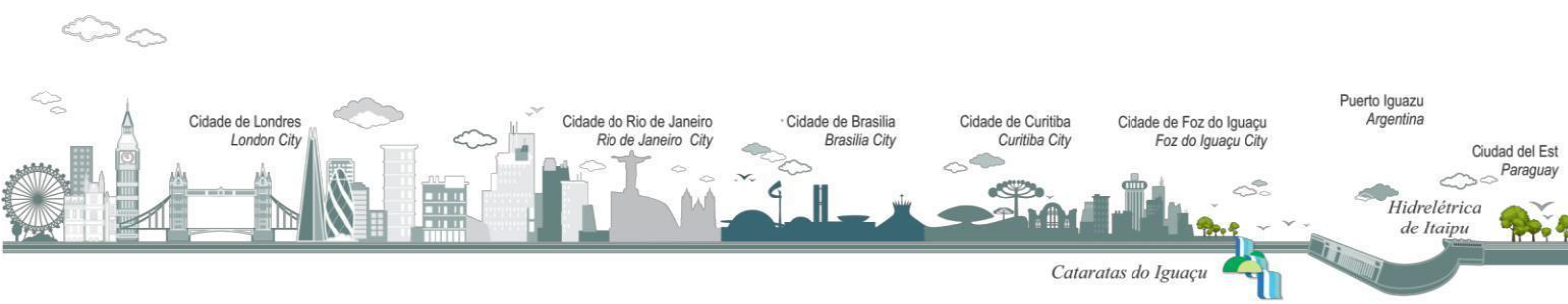
Respeitando as suas peculiaridades locais, o município deve potencializar suas belezas naturais, seus costumes que, muitas vezes semelhantes na região são únicos e congregam a população local em torno de belezas naturais, manifestações religiosas e culturais dentre outras formas, construindo assim a identidade local. Nesta linha de análise, Cabezudo (2004) defende um processo educativo voltado para a promoção do respeito à

Diversidade é facilitar a afirmação da própria identidade cultural, uma identidade coletiva que se apoia na adesão ao passado, na memória, nos símbolos e festas, mas também na construção de um futuro coletivo nesse território comum que a cidade lhes oferece (p. 13)

Brandão (2005) ressalta que devemos partilhar de forma coletiva “os seus-nossos bens comuns, os seus-nossos patrimônios naturais, como um morro, um rio, uma floresta ou uma árvore. E partilhamos os seus patrimônios culturais, como uma igreja antiga, um velho teatro”. Ainda segundo o autor,

Somos nós, nós em comum, em comunidade, os donos (isto mesmo), os beneficiários, os usuários, os “curtidores” do imenso patrimônio natural e cultural que compõe todo o repertório de bens naturais, bens culturais e, em conjunto, bens patrimoniais partilhados por e entre nós (Brandão, 2005).

Neste sentido, para que um município se torne educador e sustentável, se faz necessário valorizar a cultura construída ao longo de sua trajetória e não só isso, transmiti-la aos seus munícipes, por meio de vínculos familiares e manifestações que são construídas no âmbito local. O município deve cultivar essa iniciativa concomitante a outras culturas que





também permeiam o cenário municipal, regional e, sobretudo global, ainda mais num período de revolução tecnológica que se tem vivenciado. Destaca-se ainda que a valorização de conhecimentos tradicionais contribui para o aperfeiçoamento das práticas individuais e coletivas no que diz respeito ao aspecto ambiental.

Para Brasil (2007, p. 05) corroborando o assunto, ressalta que é no local que ocorrem os primeiros vínculos sociais, bem como a formação cultural e a definição de valores e crenças dos indivíduos, isto é, a ideia da origem e o sentimento de pertença nascem e se estabelecem no território. O autor ainda afirma que

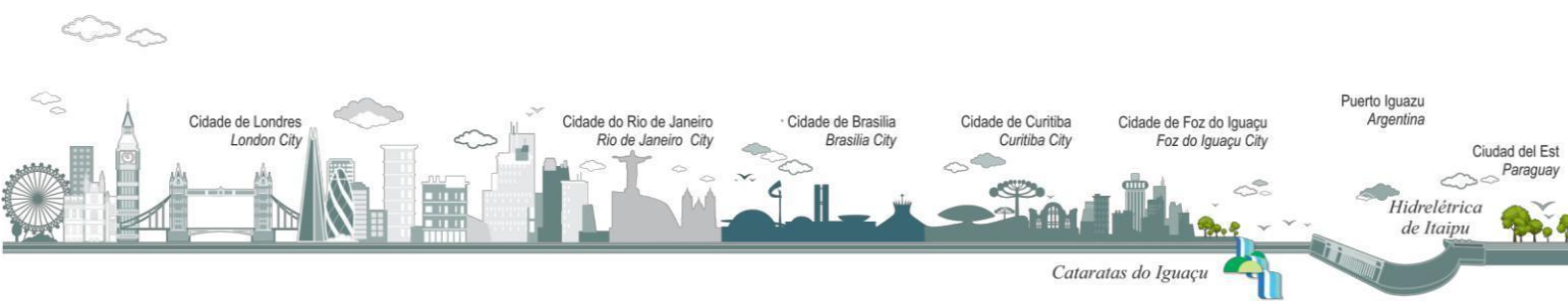
É nas cidades que buscamos e construímos o bem-estar e qualidade de vida. Mesmo perante o intenso processo de integração no sentido global, quando muitos apontavam a massificação cultural e a perda de identidade como consequências inevitáveis, a força das tradições históricas e dos valores culturais locais se reafirmaram como fonte do orgulho e da identificação das pessoas com as suas comunidades (Brasil, 2007, p. 05).

É impossível construir o futuro sem olhar para o passado. Tal afirmação deve ser interpretada de forma positiva ou negativa, no que diz respeito às ações realizadas em nossos municípios, isto é, assumindo uma proposta educadora o município precisa aprender com os que passaram, e quando as práticas locais tiveram no passado um aspecto negativo, é preciso aperfeiçoar novos caminhos que repercutem na valorização e dignidade humana, na conservação do meio ambiente, na valorização cultural e outros pontos tão importantes e que devem ser incorporados pela sociedade contemporânea.

Para Morigi (2010) uma cidade educadora, considerada como um sistema em evolução constante, deve dar prioridade ao investimento cultural, bem como à formação permanente da população.

Fomento a espaços democráticos e fortalecimento de coletivos

A terceira diretriz fundamental para que um município se torne educador e sustentável diz respeito ao fomento de espaços democráticos que favoreçam o diálogo entre seus habitantes e fortaleça também os coletivos que já existem no município, a exemplo dos conselhos fiscalizadores de políticas públicas municipais.





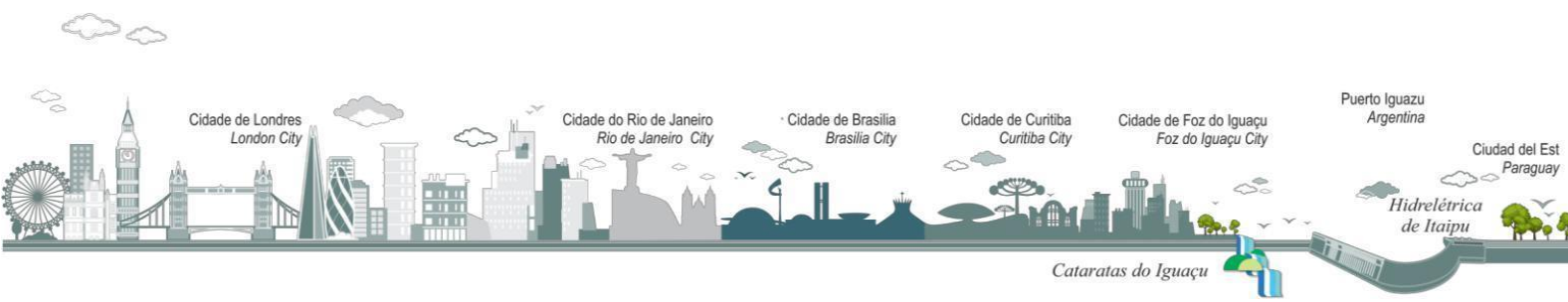
A Carta das Cidades Educadoras, em seu princípio 3 assevera que as cidades devem: “encorajar o diálogo entre gerações, não somente enquanto fórmula de coexistência pacífica, mas como procura de projetos comuns e partilhados entre grupos de pessoas de idades diferentes” (CENPEC, 2006). Tal princípio, relaciona-se às duas diretrizes já tratadas neste trabalho, mas seu diferencial é o estabelecimento de espaços de diálogos, visando construir em conjunto e valorizando os posicionamentos de cada grupo ou indivíduo na construção de uma cidade mais democrática e sustentável.

Desta forma, a carta recomenda às cidades membros no princípio 9, que as mesmas fomentem “a participação cidadã com uma perspectiva crítica e corresponsável. Para este efeito, o governo local deverá oferecer a informação necessária e promover, a transversalidade, as orientações e as atividades de formação em valores éticos e cívicos” (CENPEC, 2006).

No entanto, Simões (2010) aponta que a promoção desta dimensão é desafiadora, visto que são cada vez mais frequentes espaços de fragmentação social, crescendo o individualismo e o isolamento, mesmo quando se vive num espaço comum.

No entanto, o município deve agir com transparência diante da sociedade local, bem como deve fomentar espaços de aprendizagem que possam repercutir em contribuições críticas por parte da população, tornando-os corresponsáveis nos rumos da municipalidade. Esta afirmação corrobora com o que é definido por Brasil (2007, p. 09), na concordância de que o município para assumir uma postura educadora e sustentável deve “estimular e apoiar espaços coletivos nos municípios como espaços educadores, que formem cidadãos e cidadãs para a construção cotidiana da sustentabilidade e para a participação na gestão pública”. Estes espaços, chamados também pelo autor de “canais abertos”, contribuem para que o município formule projetos que atendam a real necessidade de sua população.

De acordo com Brasil (2007), a troca de iniciativas, vivências, diálogos e aprendizados, contribui para o fomento de quatro processos educacionais: formação de educadores ambientais, educomunicação ambiental, escolas e outras estruturas educadoras e instâncias de processos participativos. A partir desta consideração feita pelo autor, é possível observar que as diretrizes tratadas neste trabalho se entrelaçam em torno de um único objetivo: tornar





o município educador e sustentável, principalmente no que diz respeito à valorização ao meio ambiente que será objeto de análise da seção a seguir.

Valorização do Meio Ambiente local e suas dimensões

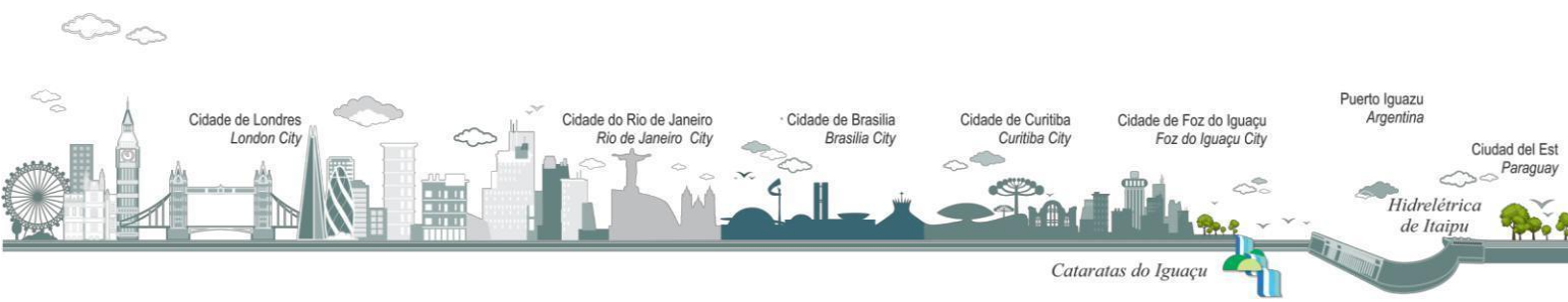
Mesmo que a dimensão ambiental já tenha sido tratada de forma implícita nas diretrizes anteriores, torna-se oportuno discorrer sobre a valorização do meio ambiente local em suas diversas dimensões.

A Constituição Federal da República Federativa do Brasil, como carta magna do País já preceitua que “Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações” (BRASIL, 2016). Este documento por si só, já incumbe ao município e seus munícipes como dever defender e preservar o meio ambiente pensando nas presentes e futuras gerações.

A Carta das Cidades Educadoras também dedicou um princípio específico que trate sobre a questão ambiental, além de ter incorporado nos demais princípios, o preceito da sustentabilidade, neste caso dos municípios. De acordo com o documento, no princípio 11,

A cidade deverá garantir a qualidade de vida de todos os seus habitantes. Significa isto, um equilíbrio com o ambiente natural, o direito a um ambiente sadio, além do direito ao alojamento, ao trabalho, aos lazeres e aos transportes públicos, entre outros. Deverá promover ativamente a educação para a saúde e a participação de todos os seus habitantes nas boas práticas de desenvolvimento sustentável (CENPEC, 2006, p. 11).

Este princípio previsto na Carta das Cidades Educadoras possui relação com o que preceitua a Constituição Brasileira, e somam-se ao desafio do município promover a sustentabilidade dos recursos ambientais outros desafios que também são importantes para o alcance da sustentabilidade, saneamento básico, gestão de resíduos sólidos, saúde dentre outros. Tais desafios reforçam o entendimento que só é possível para o município encontrar respostas para estes problemas, investindo no processo educacional da população e abrindo canais de diálogo para ouvir o posicionamento da sociedade local.





Para Brasil (2007, p. 05) ressalta que a iniciativa de se tornar um município Educador Sustentável é uma ação de integração que materializa a PNEA no âmbito das cidades articulando a população, o poder público, a representação política, a sociedade organizada e o setor produtivo.

Tornar o município Educador Sustentável implica parceria, fortalecimento do coletivo, transparência e união para pensar as soluções necessárias para a mitigação de impactos ambientais e que repercutam na melhoria da qualidade de vida da população em diversas dimensões, dentre elas: ambiental, social e econômica. Brandão (2005) lembra o quanto é preciso compreender que quando encontramos desafios pelo caminho, é preciso união para pensar e pôr em prática alguma ação social que favoreça os direitos humanos, a qualidade de vida, a integridade do ambiente e de cada pessoa.

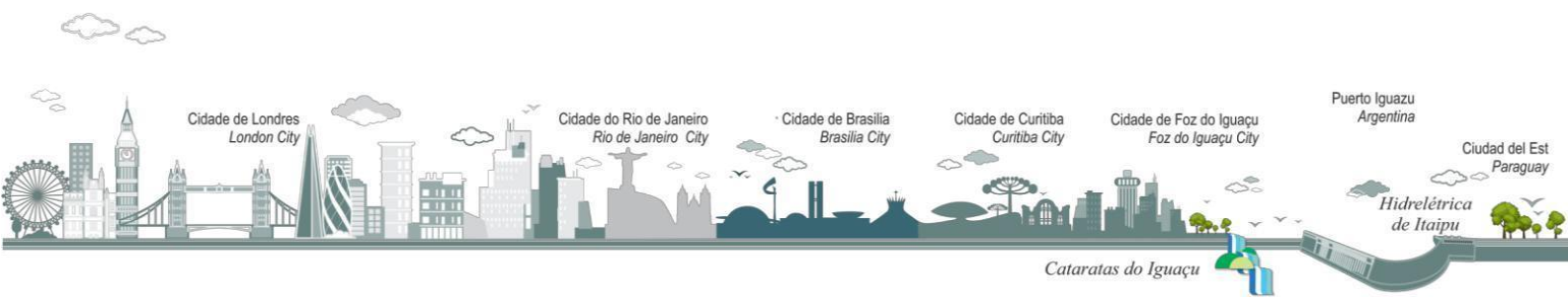
Tendo em vista o que foi mencionado nesta seção, verifica-se que as diretrizes apontadas neste trabalho estão integradas e somadas auxiliam os municípios a tornarem-se territórios que respirem a ambiência democrática, tornando-se educadores e sustentáveis, garantindo mais qualidade de vida para sua população.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo foi uma tentativa de revelar diretrizes que contribuam para a construção de um município Educador Sustentável, tendo como objeto de análises livros e documentos que se relacionam com a temática abordada no estudo. Ao longo das análises aqui realizadas, notou-se que os municípios que desejam aderir à iniciativa devem potencializar o processo educativo local, considerando os aspectos formais e informais, valorizando a cultura local que também pode contribuir para o alcance da sustentabilidade por meio da valorização dos conhecimentos tradicionais.

A abertura de espaços de diálogo democrático figura-se como uma alternativa essencial na construção de um município na perspectiva educadora e que almeje a proposição de ações que repercutem na sustentabilidade.

Verificou-se que as diretrizes destacadas no trabalho se integram num esforço coletivo para a melhoria da qualidade de vida dos munícipes e que também repercutir na conservação





ambiental contribuindo para o que preceitua a Constituição Federal que é garantir um meio ambiente sadio à qualidade de vida para as presentes e futuras gerações.

É fundamental ressaltar a importância da implantação de cidades e/ou municípios educadores sustentáveis, se não a totalidade de suas dimensões, mas pelo menos o respeito ao meio natural, aos costumes locais, ao fortalecimento do ambiente democrático e a adoção de outros princípios ligados ao desenvolvimento sustentável.

Espera-se que este estudo possa contribuir com o debate e sirva de caminho metodológico para ampliação de pesquisas sobre este tema tão caro nos dias atuais, visto que a crise socioambiental tem aumentado cada vez mais neste início do século XXI, ameaçando o meio ambiente e sobretudo a vida humana.

Que os municípios que tiverem acesso a este estudo, possam reunir esforços para tornar o seu território educador e sustentável, respeitando os princípios democráticos e construindo em conjunto com os seus munícipes dias melhores para as presentes e futuras gerações.

REFERÊNCIAS

ASSOCIAÇÃO INTERNACIONAL DAS CIDADES EDUCADORAS. Disponível em: <<https://www.edcities.org/pt/quem-somos/>>. Acesso em: 01 out. 2023.

BARCILA, M. S. **Cidades educadoras:** um estado da arte entre 1990 e 2020 e a relação com a educação formal. *Intersaberes*, v.16, n. 39, p. 1034-1048, 2021.

BIGLIARDI, R. V.; CRUZ, R. G. **O papel da Educação Ambiental frente à crise civilizatória atual.** *Ambiente & mp; Educação*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 127–137, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/810>. Acesso em: 01 out. 2021.

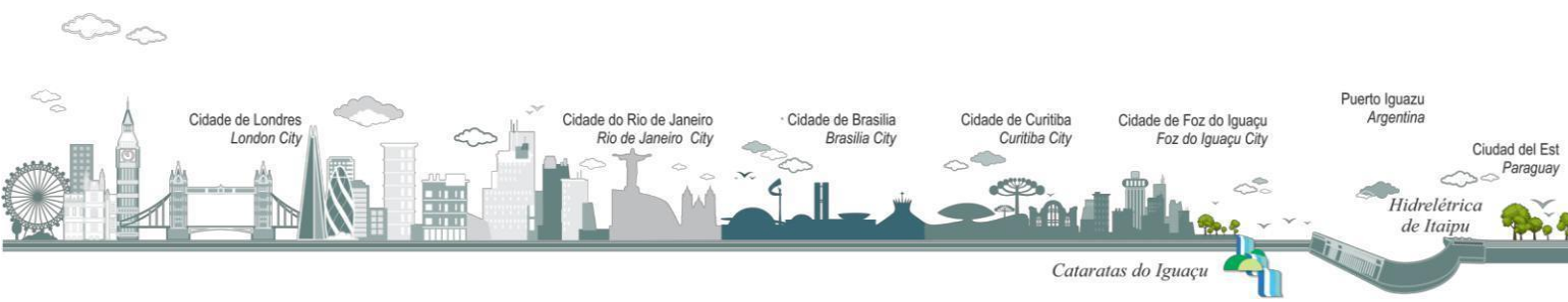
BARDIN, L. **Análise de conteúdo.** São Paulo: Edições 70, 2016. Tradução: Reto, L. A.; Pinheiro, A.

BRANDÃO, C. R. **Aqui é onde eu moro, aqui nós vivemos:** escritos para conhecer, pensar e praticar o município educador sustentável. 2. ed. Brasília: MMA, Programa Nacional de Educação Ambiental, 2005.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. **O passo a passo para a Ação Municípios Educadores Sustentáveis** (Série Documentos Técnicos, nº 14). Brasília, 2007.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Programa Municípios Educadores Sustentáveis. 2. ed. Brasília, MMA, 2005.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição da República Federativa do Brasil: texto constitucional promulgado em 05 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo





Decreto Legislativo no 186/2008. – Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016.

CABEZUDO, A. Cidade Educadora: uma proposta para os governos locais. In: GADOTTI, Moacir; PADILHA, Paulo Roberto; CABEZUDO, Alicia (orgs.). **Cidade Educadora: princípios e experiências**. São Paulo: Cortez; Instituto Paulo Freire; Buenos Aires: Ciudades Educadoras América Latina, 2004.

CENPEC, Cenpec. Carta das Cidades Educadoras. **Cadernos Cenpec | Nova série**, [S.l.], v. 1, n. 1, may 2006. ISSN 2237-9983. Disponível em: <<https://cadernos.cenpec.org.br/cadernos/index.php/cadernos/article/view/165/194>>. Acesso em: 15 nov. 2023.

FERREIRA, E. J. A. **Educação ambiental como instrumento para a gestão na RESEX Marinha Cuinarana, Pará**. 2018. 125f. Dissertação (Mestrado em Gestão de Recursos Naturais e Desenvolvimento Local na Amazônia), Programa de Pós-graduação em gestão de recursos naturais e desenvolvimento local na Amazônia, Universidade Federal do Pará, Belém.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. **Métodos de Pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, A. C. G. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2008.

MORIGI, V. Cidades educadoras/aprendentes: uma nova cena urbana. **Cadernos de Aplicação**, Porto Alegre, v. 23, n. 2, jul./dez. 2010. Disponível em: <https://doi.org/10.22456/2595-4377.17330>. Acesso em: 10 nov. 2023.

PADILHA, P. R. **Município que educa: nova arquitetura da gestão pública**. São Paulo: Editora e Livraria Instituto Paulo Freire, 2009.- (Série cadernos de formação 2).

SILVEIRA, D. T.; CÓRDOVA, F. P. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre, RS: UFRGS, 2009.

SIMÕES, J. M. S. **Cidades em rede e redes de cidades: O movimento das cidades educadoras**. 2010, 110 f. Dissertação (Mestrado Acadêmico em Cidades e culturas urbanas). Faculdade de Economia, Universidade de Coimbra, 2010. Disponível em: <<https://estudogeral.uc.pt/handle/10316/13554>>. Acesso em: 20 out. 2023.

